

AS RELAÇÕES DA IGREJA CATÓLICA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: A ÉTICA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O ESPÍRITO DO SOCIALISMO NO MST

Antonio Julio de Menezes Neto

INTRODUÇÃO

As relações entre religião, ideologia e organização social camponesa tem sido objeto de estudos na Sociologia contemporânea. A história mostra lutas camponesas motivadas e impulsionadas pela motivação religiosa, assim como mostra o papel das religiões no conformismo e na conformação de novas éticas, como o clássico trabalho de Max Weber acerca da ética protestante no início do capitalismo.

Quase sempre vinculada ao poder dominante, às igrejas, hegemonicamente, buscaram adequar os sujeitos sociais às normas das sociedades nas quais eles se encontravam. Mas, contraditoriamente, ao longo da história, são diversos os movimentos de cunho religioso que se engajaram nas lutas pela terra e pelo direito ao trabalho humano com dignidade.

Nas últimas décadas, tivemos na América latina o fenômeno da Teologia da Libertação, um movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Este movimento ganhou força nas organizações populares no campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Porém, desde os anos noventa, uma nova leva conservadora fez com que a Teologia da Libertação recuasse e que outros movimentos ganhassem espaços nas organizações religiosas. Neste sentido, assistimos ao crescimento de igrejas pentecostais evangélicas, hegemonicamente vinculadas ao lado espiritual e pouco preocupadas com as lutas políticas comprometidas com a transformação social. Do mesmo modo, na Igreja Católica, há um forte movimento de encontro com as práticas evangélicas citadas acima, no movimento denominado “carismático”, ao lado do fortalecimento hierárquico da “Opus Dei”, dentre outros de cunho conservador.

Mas, mesmo neste contexto, ainda assistimos ao apoio de diversos religiosos e de parte das igrejas para as lutas populares assim como assistimos ao MST avançando em suas lutas, mesmo com a crise da Teologia da Libertação e da idéia socialista, tão presentes na história deste movimento social.

1- A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A LUTA PELA TERRA

1.1- Gênese e Consolidação da Teologia da Libertação

Na América Latina – região na qual a Teologia da Libertação mais frutificou – as décadas de 1950 e 1960 apresentaram um forte incremento industrial e uma intensa migração campo/cidade. Como estas políticas beneficiaram, majoritariamente, setores do capital nacional e internacional, acabaram por criar um proletariado urbano e uma massa de moradores em favelas. Estas mudanças alteraram o perfil de diversos países – como é o caso do Brasil – que apresentavam níveis muito alto de crescimento industrial. Porém, este crescimento não refletia uma melhor distribuição de renda.

Estas mudanças propiciaram mobilizações políticas populares, muitas delas influenciadas pela Revolução Cubana. Focos de luta armada também surgem no período e, como reação dos setores conservadores, golpes militares passam a dominar o continente.

É neste contexto, que o chamado “cristianismo social”, ganhou corpo nas pastorais operárias e em organizações políticas e humanitárias, inicialmente influenciadas pelos humanistas franceses, como padre Lebreton, Chardin, De Lubac, dentre outros. Porém, no decorrer das décadas de 50 e 60, leigos passam a se comprometer com trabalhos sociais que, posteriormente, terão uma outra feição vinculada às lutas políticas de cunho socialistas. Começavam a surgir o alicerce para a “Teologia da Libertação”.

A Igreja católica, buscando uma adequação ao momento político e, não querendo perder o controle sobre as suas bases, convocou, entre 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII. Este Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais. No Brasil, os padres Henrique Vaz e Almerly Bezerra passam a publicar temas ligados a uma ação popular e engajada da Igreja. Neste contexto, a politização à esquerda de parcelas da população e a abertura da Igreja Católica para as políticas sociais, resultado do Concílio citado, propiciam um clima político que resultará no engajamento de diversos setores religiosos com políticas de esquerda.

De acordo com Boff (1986), foi em um encontro de teólogos realizado em Petrópolis (RJ), em 1964, que Gustavo Gutierrez apresentou a proposta de uma teologia vinculada à prática social. Iokoi (1996) diz que, também em 1964, na cidade de Montevidéu, o mesmo Gutiérrez, lança, em uma série de conferências, as bases teóricas mais elaboradas da Teologia da Libertação. Ainda de acordo com Iokoi, Gutiérrez define a pastoral em duas alas dialeticamente recíprocas e inseparáveis: a realidade em que deve atuar e as exigências evangélicas. Para ele, estas exigências evangélicas seriam históricas e, assim, tornava-se necessário conhecer a realidade temporal. E para esta compreensão, a referência filosófica seria buscada no marxismo, que apresentava a possibilidade da crítica à economia política e dos conflitos de classe. Gutiérrez defenderá que o povo deva construir a sua própria história e não ficar esperando a intervenção divina. Busca exemplos na Bíblia para demonstrar a luta concreta dos povos por sua libertação e no exemplo de Cristo para se opor aos poderosos (Löwy, 1991). Boff (1986) diz que em 1965 foram realizadas reuniões em Havana, Bogotá e Cuernavaca, debatendo as linhas mestras da nova teologia e, num encontro na Suíça em 1969, os primeiros delineamentos já seriam tomados.

Em março de 1970 é realizado, em Bogotá, o primeiro Congresso da Teologia da Libertação. Nos anos seguintes, Gutierrez publica o livro *Teologia da Libertação*, Hugo Assmann publica *Opresión-Liberción: desafio de los Cristianos* e Leonardo Boff publica *Jesus Cristo Libertador*. No Brasil, além de Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, João Batista Libânio e Carlos Mesters ganham destaque.

Em 1973, Gutiérrez (1973) apresenta propostas muito próximas do marxismo para Teologia da Libertação, defendendo que:

“elimine a propriedade privada dos meios de produção, uma vez que ela representa a apropriação por uns poucos do fruto do trabalho de muitos, gerando a divisão da sociedade em classes e a exploração de uma por outra. Uma sociedade na qual a apropriação social dos meios de produção se faça acompanhar da apropriação social, da gestão da riqueza e do poder e, em última análise, da liberdade, dando lugar a uma nova consciência social”.

Löwy (1991) complementa chamando a atenção para o grande grupo de assessores leigos que passam a trabalhar para a Igreja, ajudando a elaborar documentos e planos pastorais, formando, desta maneira, um corpo de intelectuais orgânicos que difundiam as produções acadêmicas elaboradas pela sociologia e economia marxista. Löwy também salienta a presença de padres europeus comprometidos com a transformação social, pois atuar na América latina representava, para diversos religiosos, uma opção política comprometida com os pobres.

Entre agosto e setembro de 1968, na cidade de Medellín, Colômbia, foi realizada a Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), convocada pelo Papa Paulo VI. Esta Conferência abriu novas perspectivas para a igreja comprometida com as mudanças sociais e políticas na América Latina, pois, nos dezesseis documentos, denunciam as injustiças sociais e a dependência econômica e colocam claramente a necessidade de lutar contra estas injustiças e diferenças sociais. Defendem o direito de greve, as marchas e denunciam os estados ditatoriais. O documento *Paz e Justiça* foi sistematizado por D. Hélder Câmara, Gustavo Gutierrez e José Grimillion que condenaram a violência política reinante no Continente, representante da direita opressora que expropriavam os oprimidos, como uma atitude anticristã. Estes debates causaram reações nos setores conservadores da Igreja que, neste momento, divide-se claramente em duas alas.

Como consequência, no Brasil a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) incentivou a participação de leigos em seus órgãos anexos, como o Conselho Indigenista

Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Comissão de Justiça e Paz (CJP). Medellín propiciou uma maior aproximação da Igreja Católica com outras igrejas e o apoio às atividades comunitárias. Esta última foi fundamental para o estabelecimento das CEBs, que uniam, através de pequenos e numerosos grupos, a reflexão política com a dimensão do sagrado (Iokoi, 1996).

Löwy (1991) diz que em abril de 1972, realizou-se em Santiago, Chile, um encontro denominado *Cristãos para o Socialismo*, no qual, claramente, aconteceu uma conclamação para os cristãos participassem da luta pelo socialismo, em moldes bem mais radicais do que propunham as políticas dos partidos comunistas.

Estes fatos contribuíam para que alguns intelectuais leigos ou ligados ao clero católico se aproximassem do socialismo, reelaborando a teoria marxista para que fosse aceita na perspectiva cristã. Cresce, principalmente entre o clero de esquerda e entre os novos militantes políticos, certa simbiose entre os ideais cristãos e marxistas, mesmo que esta aproximação não recebesse a aprovação da hierarquia do Vaticano.

Ao fim da década de 1970, a América Latina começava a viver outra realidade. Havia se consolidado a hegemonia urbana e a industrialização de importantes países, com todos os agravantes sociais decorrentes. Porém, o próprio capitalismo vive uma crise, levando problemas para países dependentes como o Brasil, Argentina ou México. Se, por um lado, a América Latina começava a se ver livre dos governos militares e conhecer novas reorganizações populares, como a própria Teologia da Libertação, por outro, a crise atinge os países de capitalismo central, no qual governos e empresários esboçam críticas ao modelo intervencionista estatal. Era o início da era da Globalização Neoliberal. Neste contexto, aconteceu a CELAM de 1979, realizada em Puebla, México.

Esta Conferência é demarcada pelas disputas políticas e os setores conservadores conseguem restringir a participação apenas à hierarquia da Igreja. Porém, os teólogos da Libertação, mesmo não podendo marcar presença oficialmente nos debates, estiveram presentes e influenciaram diversos pontos de discussão. Ao fim, elaborou-se o consenso em torno do tema “opção preferencial pelos pobres”.

Desde então, principalmente pela ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as propostas vinculadas à Teologia da Libertação passaram a crescer, principalmente no Brasil, que no período vivia a redemocratização e a reorganização política da sociedade civil. Os anos 1980 conhecem uma reorganização pujante da sociedade brasileira e, inegavelmente, os setores da Igreja Católica vinculados a Teologia da Libertação deram um grande contributo. Os novos movimentos sociais, com destaque para o MST, novos partidos, como o PT e o novo sindicalismo, como a CUT, tiveram, em sua gênese, forte presença do cristianismo da libertação.

1.2- A Teologia da Libertação na construção e consolidação do MST

No Brasil, com o processo de redemocratização ao fim dos anos 1970, as idéias e práticas vinculadas a Teologia da Libertação tiveram forte influência nos movimentos sociais e de trabalhadores. Os anos 1980 foram marcados pela reorganização popular da sociedade brasileira e a entrada em cena de novos personagens. Na reorganização partidária, o PT, institucionalizado em 1980, apresentou-se como a grande novidade, tendo por base sindicalistas, intelectuais, militantes das esquerdas não vinculadas aos partidos comunistas e religiosos ligados a Teologia da Libertação. Esta composição, praticamente, irá se reproduzir na criação da CUT. Porém, além da vida institucional partidária e sindical, foram muitos os movimentos sociais que surgiram no período. Associações de moradores, usuários de transporte coletivo, movimento ecológico, mulheres, negros, luta pela terra, contra a carestia, direitos do consumidor, e uma infinidade de movimentos sociais.

Se no campo econômico diversos analistas dizem que os anos 80 foram “anos perdidos”, pois o Brasil apresentou um crescimento pequeno e uma inflação enorme, no terreno da política o mesmo não pode ser dito. Pelo menos para o campo político/popular. O crescimento eleitoral do PT e do PDT, a legalização dos partidos comunistas, o crescimento e consolidação da CUT, a proliferação de movimentos sociais, o engajamento das igrejas nas lutas sociais, as “Diretas Já” e o movimento Constituinte, são marcas deste período no Brasil. É neste contexto que, no ano de 1985, surgirá o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, em congresso realizado no estado do Paraná.

Focalizando mais especificamente as lutas dos trabalhadores rurais e suas relações com as igrejas, especificamente a Igreja Católica, observa-se que existe uma questão histórica envolvendo estes atores sociais. Nas conhecidas lutas de Canudos e Contestado, o viés religioso messiânico e fanático é bastante presente na tentativa de construção de sociedades locais, com regras próprias, rústicas e questionadoras do poder central.

No período pré-64, tem-se a organização das Ligas camponesas no Nordeste brasileiro e a disputa pelo controle de organizações camponesas por parte da Igreja e dos comunistas. Porém, em diversas ações concretas, comunistas e católicos de esquerda aproximaram-se no apoio à reforma agrária e as lutas dos assalariados e camponeses. Ressalte-se a existência do conflito no seio da Igreja, o que fez com que diversos setores conservadores do clero apoiassem o golpe militar de 1964.

Para os militares, a questão da terra representava a “segurança nacional”, pois o Golpe de 1964 havia sido aplicado com o argumento de conter o “avanço do comunismo”, representado na época pela “influência soviética” e a Revolução Cubana. E, a simples menção da defesa da reforma agrária pelos movimentos de trabalhadores já era considerada, pelos militares, uma proposta “comunista”, que colocava em risco o direito de propriedade. Assim, abateu-se sobre as organizações de trabalhadores do campo uma forte repressão, com a intervenção em diversos sindicatos, em Federações e Confederações e nas Ligas Camponesas. O movimento sindical conseguiu sobreviver à ditadura através de políticas negociadas e possíveis para o momento.

Com o desenrolar do período ditatorial e com o fim do chamado “milagre econômico”, os militares gradativamente foram perdendo o apoio popular que desfrutavam junto a diversos setores sociais. A crise do “milagre” também fez com que a sociedade política oposicionista voltasse a se manifestar nos diversos movimentos sociais, sindicais e políticos que surgem no período. Também a Igreja Católica, através de documentos da CNBB, passa a fazer críticas ao modelo ditatorial em vigor e assume a defesa de diversas lutas populares, entre elas a defesa da reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece como produto de camponeses expropriados da terra. Na sua gênese, era intimamente ligado aos movimentos religiosos, vinculados à Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra –CPT–, como afirma João Pedro Stédile, líder nacional do MST e antigo assessor da CPT no período anterior ao surgimento do Movimento Sem Terra :

“O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, em Goiânia, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. [...] De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo” (STEDILE, 1996, p. 19-20).

Stédile também destaca a importância do Concílio Vaticano II, das Encíclicas progressistas e da Teologia da Libertação:

“A CPT foi à aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses” (STEDILE, 1996, p. 20).

Stédile diz da importância do trabalho ecumênico da CPT, pois a divisão religiosa poderia ter criado diversos movimentos de camponeses e não o unificado MST. Para Stédile, sem a CPT, os camponeses teriam se organizado, mas não desembocaria na criação do MST. Para o líder Sem Terra, o primeiro fator que permitiu o surgimento do MST foram às lutas pela terra, o segundo fator foi o trabalho da CPT, que teria começado em 1975 no Centro-Oeste e depois se espalhado por todo o país e o terceiro fator teria sido o momento político, com a reorganização democrática do país e as lutas integradas com setores populares e urbanos, como os operários.

Stédile relata que a primeira concentração realizada, em 1981 no Encruzamento Natalino, em Ronda Alta (RS), não foi uma romaria patrocinada pela Igreja, mas uma concentração política de protesto contra a ditadura militar. Esta concentração, fundamental para o surgimento do MST, contou com o apoio de diversos setores sociais urbanos e da Igreja Católica, inclusive pela presença do bispo D. Tomás Balduino e diversos padres, pois o governo tentava reprimir a concentração, mandando inclusive o Coronel Curió para intervir na concentração.

A primeira reunião de articulação regional da luta pela terra aconteceu no Paraná, em julho de 1982 e, nesta articulação, participaram diversos personagens e organizações. Em setembro, realizou-se em Goiânia, a primeira articulação nacional, formado, basicamente, por agentes de pastorais. Nesta reunião apareceu a proposta de criação de uma comissão de luta pela terra, ou melhor, uma comissão de sem-terra dentro da CPT, que acabou sendo derrotada pela proposta de criação de uma entidade autônoma. Na avaliação de Stédile, esta decisão foi fundamental pois, de outro modo, o MST seria muito vinculado à Igreja.

Em janeiro de 1984 aconteceu em Cascavel, SC, o Encontro preparatório para o Primeiro Congresso Nacional dos Sem Terra. Este encontro teve o apoio e a participação fundamental do bispo de Chapecó, dom José Gomes e nele foram aprovadas diversas linhas de ação, escolhido o nome “Trabalhadores Sem Terra” e definido que seria um movimento de luta de massas em contraposição ao legalismo da Contag. Neste Encontro, os Sem Terra ainda usavam as palavras de ordem da CPT, como “Terra para quem nela trabalha” e “terra não se ganha, terra se conquista”.

Neste contexto, o MST realiza o seu I Congresso em janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná. Neste Congresso o MST definiu-se como um movimento social que se basearia, primordialmente nas ocupações de terras, dando “a cara” que demarcaria o Movimento Sem Terra, que adotaria o lema “Ocupação é a única solução”. A partir do III Congresso, realizado em 1995, a marca maior passou a ser a luta contra o neoliberalismo e a palavra de ordem foi ampliada para “Reforma agrária, uma luta de todos”.

Debatendo a influência teórica para a formação e para as ações do MST, nas palavras de Stédile aparece, novamente, o elemento religioso mesclado ao pensamento socialista, dizendo que um dos fatores que criaram a base teórica do MST foi a Teologia da Libertação:

“A maioria dos militantes mais preparados do movimento teve uma formação progressista nos seminários da Igreja. [...] A contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias idéias. Se tu fizeres uma análise crítica da Teologia da Libertação, ela é uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo. [...] Todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação –o pessoal da CPT, os luteranos– nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo”. (STÉDILE, 1996, p. 59)

Stédile salienta que esta concepção religiosa possibilitou ao MST a procura do entendimento da realidade através da leitura e conhecimento da prática política de clássicos, como Lênin, Marx, Engels, Mao Tse-Tung, Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Fidel Castro, Sandino, Zapata, Mandela, Samora Machel, Amílcar Cabral, Lumumba, Agostinho Neto, Martin Luther King, ou os brasileiros Josué de Castro, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Prestes, Caio Prado, Manuel Correa de Andrade, José de Souza Martins, Clodovis Boff, Leonardo Boff, dom Tomás Balduino, dom Pedro Casaldáliga e frei Betto. Como se pode observar pelos nomes citados pela liderança do Movimento Sem Terra, o ecletismo na esquerda torna-se a marca da concepção política e social do MST.

Esta mescla ideológica foi também descrita por VENDRAMINI (2000). Ela diz que as idéias religiosas críticas, junto com as teorias marxistas e experiências concretas socialistas, tiveram um papel fundamental na formação de um modo de pensar dos militantes do MST, colaborando para a formação ideológica não dogmática:

“A politização dos indivíduos sociais passa pela ideologia, enquanto elemento catalisador que transforma em componentes políticos as condições sociais. A teologia da Libertação, como ideologia e projeto de vida coletiva, ajuda a interpretar a realidade, para propor alternativa, ao contrário do uso dogmático da ideologia, como prefiguração doutrinária da realidade” (VENDRAMINI, 2000, p. 154).

A mística, prática sempre presente nas ações do MST, também se apresenta como herança das influências religiosas. Serve para manter a coesão dos membros do movimento e para estimular a participação, além de incentivar a atuação nas lutas, ocupações e manifestações. O período de ocupação e resistência debaixo de lonas pretas, às vezes durante anos, requer uma coesão e força de vontade enorme que, talvez, sem a ajuda da mística, dificilmente seria possível. Além deste período da ocupação, a consolidação, as novas relações sociais que se estabelecem, as discussões acerca da forma de produção, as marchas e a continuação da participação política no MST são sempre cercadas de manifestações da mística.

As atividades místicas começaram a ter influência no MST desde as primeiras ocupações de terra. Por sua estreita vinculação com as igrejas, especialmente a igreja católica, os rituais místicos eram muito vinculados à fé. Esta vinculação entre a luta pela terra e a Igreja católica, gerou o envolvimento de padres e bispos nas lutas do MST, sendo que em 1980, estes elaboram um documento, em Itaici, pedindo o envolvimento de agentes pastorais na luta pela terra.

Porém, na trajetória de sua consolidação, o Movimento Sem Terra, passa a usar a mística com caráter laico, centrado nas questões políticas e na organização para as conquistas da terra. Assim, os símbolos do MST, como a bandeira, o hino, o boné, as músicas, as palavras de ordem, os teatros e o jornal, as marchas e os frutos do trabalho, como as sementes, tornam-se símbolos presentes em todas as manifestações.

Este ecletismo entre fé religiosa, atividades místicas para conquistas materiais e luta pelo socialismo é ressaltado nas palavras de Stédile:

“Como é que nós, que somos de esquerda, vamos sempre à missa? Para nós não existe contradição nenhuma nisso. Ao contrário, a nossa base usa a fé religiosa que tem para alimentar a sua luta, que é uma luta contra o estado e contra o capital”. (STÉDILE, 1996, p. 131).

2- CRISE NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E AS RECRIAÇÕES DO MST.

2.1- O neoconservadorismo na igreja

No mundo, na década de 1980 um novo movimento conservador começava a se impor. O neoliberalismo e a derrocada do chamado “socialismo real”, levaram a que o Vaticano reagisse com suas alas mais conservadoras. A queda do muro de Berlim é apresentada como paradigmático do fim da idéia socialista e da vitória definitiva do sistema de mercado que o capitalismo representava. Os movimentos sociais começam a ser transformados em Organizações Não Governamentais –ONGs– e políticas mais fragmentadas, localizadas e pós-modernas passam a ser a referência de alguns setores “progressistas”.

A eleição do polonês Karol Wojtyla, posteriormente papa João Paulo II, em outubro de 1978, torna-se representativa deste movimento conservador, apesar de que, em seu longo mandato, suscitou inicialmente, na esquerda católica, esperanças. Mas em 1984, o Cardeal Ratzinger, um dos mais importantes e influentes teólogos do Vaticano, muito próximo ao papa João Paulo II e dirigente da Congregação para a Doutrina da Fé, publica as Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação, nas quais denuncia os princípios desta teologia como uma “heresia marxista”.

O papa João Paulo II foi uma figura marcante no contexto político, participando dos acontecimentos que transformaram o mundo no último quartel do século. Foi um papa bastante ativo, viajando, procurando apoios populares e de cúpula, articulando e conspirando. Ao mesmo tempo em que denunciava a pobreza, apegava-se a um fundamentalismo moral e tornou estes fundamentos a base de sua pregação.

Devido ao tempo prolongado em que ficou à frente da Igreja Católica, João Paulo II viveu também grandes dubiedades em suas ações políticas e morais. Na primeira metade de seu pontificado, apresentou-se como o Papa peregrino e ativo. Viajou como nenhum papa havia viajado. Defendia veementemente a democracia ocidental e, para levar a frente seu intento, pregava abertamente contra os governos “comunistas” do Leste Europeu (tendo acertado nas críticas, mas realizou-as pelo lado conservador, apoiando a transição para economias de mercado). Foi apoiado pelas potências ocidentais, principalmente pelos Estados Unidos, e

chegou a conspirar junto com setores de direita do governo estadunidense. Viu na nascente Nicarágua Sandinista, que havia feito a revolução com o apoio das Comunidades de Base da Igreja, um perigo e proibiu padres e bispos de assumirem cargos no governo. Na mesma linha, condenou a “Teologia da Libertação”.

A segunda metade do pontificado de João Paulo II foi marcada por crises na Igreja Católica, que assistiu a perda de inumeráveis fiéis. A saúde debilitada corroía a imagem ativa do papa. Arelado ao poder e a idéia da valorização do sofrimento como um caminho para a salvação, João Paulo nunca aceitou a idéia de afastar-se, mesmo assistindo, impotente e doente, as diversas crises na Igreja Católica. Continuou viajando, mas sem o poder anterior, pois já não tinha o apoio irrestrito das potências ocidentais.

Chegou a criticar o atual “capitalismo selvagem” e pregar um mundo menos desigual, além de condenar a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Mas nessa hora, a força da palavra política de João Paulo II já não era consensual dentre as potências ocidentais e, o papa debilitado da segunda metade do papado, estava muito mais interessado em pregar uma doutrina medieval e conservadora. Sem o “fantasma comunista”, o papa doente volta-se para a pregação contra o divórcio, o aborto, a camisinha, os anticoncepcionais. Canoniza padres vinculados ao Opus Dei e ao regime franquista espanhol.

No meio destas contradições, fiéis afastam-se. Mas outros se movem e, mesmo em crise, buscam saídas e alternativas, pois a cúpula conservadora do Vaticano não consegue, sempre, conter a atividade das bases vinculadas às políticas sociais, que continuam reinterpretando a Bíblia.

Mas é inegável que deste período em diante, os ventos conservadores sopram cada vez mais fortes. No desenrolar de toda a década de 1990 e na entrada do terceiro milênio, os movimentos sociais e políticos que centram sua luta na construção de sociedades mais igualitárias, vivem momentos de enormes dificuldades. A crise da idéia socialista e a hegemonia do pensamento neoliberal fazem com que os movimentos sociais e políticos se transformem, assumindo um caráter majoritariamente integrados ao capitalismo. No Brasil, como em quase todos os países, as discussões acerca da construção do socialismo desaparecem mesmo em partidos como o PT, que chega ao governo central, mas não leva adiante o enfrentamento com a sociedade do capital, ou em centrais sindicais como a CUT. Apesar disso, outros movimentos sociais continuam se recriando, como é o caso do MST.

A Teologia da Libertação, enquanto movimento organizado no interior das igrejas e no meio dos movimentos populares, perde força no contexto das instituições religiosas, assim como perde força junto as suas bases. O crescimento das religiões evangélicas no Brasil, por si, não pode explicar a diminuição da força política da Teologia da Libertação, pois nestas também existem setores minoritários comprometidos com mudanças. Mas alguns dados são evidentes. O crescimento das igrejas evangélicas acontece num contexto conservador e suas propostas políticas levam, hegemonicamente, ao conformismo e a adequação ao modo de vida existente. A igreja Católica popular, sob forte pressão de uma política centralizadora e conservadora do Vaticano, vive momentos de retração.

No “combate ao comunismo”, empreendido por João Paulo II e por Bento XVI, a Teologia da Libertação, considerada como “marxista”, foi um dos alvos prediletos dos ataques conservadores. Neste sentido, diversos bispos hostis a Teologia da Libertação foram nomeados no Brasil e na América Latina. Padres e bispos ligados à Teologia da Libertação foram afastados e, mesmo, perseguidos, como o caso do teólogo Leonardo Boff, um dos maiores expoentes dessa corrente, que abandonou as suas funções eclesiais. O atual fundamentalismo do Vaticano é muito próximo das mais conservadoras propostas das igrejas evangélicas que proliferaram no Continente americano nos últimos anos.

Para ilustrar esta questão, é importante um relato de Leonardo BOFF (1998), acerca de uma fala do ainda cardeal Ratzinger:

“Um dos argumentos que o Ratzinger usou num encontro de teólogos alemães, e que deve ser tomado em consideração, foi: “O marxismo morreu como ideologia, morreu como força política organizadora dos Estados, mas ele sobrevive na Teologia da Libertação, que funciona como cavalo de Tróia para penetrar no meio dos pobres”. Devemos redobrar a vigilância sobre essa teologia”.

Porém, não se pode falar em esgotamento da Teologia da Libertação. Ela adquire novas formas neste novo século e continua presente, principalmente nas práticas de alguns movimentos sociais brasileiros e nas ações de padres e bispos comprometidos com as causas populares. LOWY (1996) aponta que, praticamente, nenhum teólogo da libertação abandonou as suas posições políticas. Mas, salienta, que mais importante do que os escritos dos teólogos, seria “a força do movimento social de que são porta vozes”. Diz que é difícil prever o futuro da Teologia da Libertação, mas é certo que este movimento tornou-se um marco importante nas lutas populares na América Latina:

“O cristianismo da libertação moldou várias gerações de cristãos engajados, cuja maioria dificilmente vai abandonar suas convicções éticas e sociais profundamente enraizadas. O grão que ele semeou na terra fértil da cultura religiosa e política na América latino-americana continuará a germinar no curso dos próximos anos e pode ainda nos reservar muitas surpresas” (LOWY, 1996, p. 77).

2.2- As recriações do MST

Nesta trajetória conservadora que adentra o novo século, o MST, ao contrário dos movimentos sociais, sindicais e políticos de esquerda, que enfrentam crises no desenvolvimento de suas ações, consegue, não sem dificuldades, consolidar-se e afirmar-se como um dos mais importantes movimentos sociais e políticos da atualidade.

Saliente-se que alguns autores, como MARTINS (2005), questionam os rumos tomados pelo MST. Diz que o MST distanciou-se das aspirações camponesas para se aproximar de ideologias que não fazem parte do cotidiano dos trabalhadores rurais. Defende que grupos de mediação, compostos basicamente por grupos políticos de classe média, introduziram nas lutas camponesas o seu referencial ideológico, desvirtuando a utopia camponesa e perdendo, com isso, a possibilidade real de transformação da estrutura agrária brasileira, criando um desencontro entre as aspirações dos trabalhadores rurais, do MST e da CPT.

Porém, a trajetória de organização e ação apresentada pelo MST revela, ao contrário da crítica apresentada, a importância destas assessorias e dos mediadores, já que estes contribuíram para o desenvolvimento da consciência ideológica e política do Movimento e tiveram um papel fundamental para a criativa união da religiosidade com o socialismo, uma das mais importantes marcas do MST.

MARTINS (2005) também afirma que o MST é uma expressão do catolicismo pós-conciliar, que surgiu quando os padres e bispos vinculados à Teologia da Libertação, viram que dentro de sua instituição, teriam limites para a ação política. Assim, o MST surgiu como uma das formas do catolicismo militante, com uma base milenarista mística, baseada na moral da redenção dos pobres e oprimidos. Para Martins, o MST se tornou, de vários modos, expressão deste catolicismo militante, pelo apoio moral, logístico e material recebido. Importou da igreja formas litúrgicas de manifestações de massa e expressões ampliadas das romarias da terra que seriam as variantes políticas das procissões religiosas. O MST não se moveria apenas com base numa ideologia política, mas, sobretudo, com base na mística milenarista de um tempo de esperança. Deste modo, seria vinculado ao comunitarismo conservador do século XIX, baseado na sociabilidade solidária e afetiva, porém oposto ao liberalismo político e ao marxismo.

Outros autores apresentam posições contrárias, apoiando a eclética mistura de marxismo e Teologia da Libertação. LOWY (1991), por exemplo, aponta, de forma positiva, a convergência do marxismo e da Teologia da Libertação e sua influência nos movimentos sociais Latino-Americanos. PETRAS (1997) afirma “que a ideologia do MST foi consolidada a partir de três componentes básicos: “o marxismo, a religiosidade popular e as práticas comunitárias rurais” (p.275). Para este autor, esta síntese diversificada foi capaz de atrair o apoio das classes não ligadas ao trabalho rural, como progressistas urbanos, favelados urbanos, setores da Igreja e sindicalistas e, com isto, construindo uma grande contribuição política, destruindo a dicotomia entre leigos e religiosos no campo da esquerda e realizando uma síntese dinâmica nos conceitos de classe, solidariedade e comunidade, reflexão crítica e fé na libertação humana.

No novo século, observa-se que a presença da Igreja Católica nos assentamentos é mais restrita às missas e celebrações do que propriamente às ações políticas. Observa-se também um crescimento da militância carismática católica, além do crescimento das religiões

evangélicas. As lideranças e os assentados mais engajados nas lutas do MST reconhecem que apenas uma pequena parcela da Igreja Católica, ou das igrejas evangélicas, são solidários com as lutas políticas do Movimento. No caso da Igreja Católica, tem-se também a dependência hierárquica de padres politicamente comprometidos com os movimentos populares às Dioceses e aos bispos que, em momentos de retração popular e conservadorismo político, travam a atuação política.

Além destes fatos, não se pode deixar de levar em consideração que a conhecida religiosidade das populações rurais está sofrendo modificações pela entrada dos meios de comunicação e pelo maior contato com o mundo urbano. No caso específico dos acampamentos e assentamentos, tem-se, ainda, a presença de parcelas significativas de pessoas que habitavam as periferias urbanas.

Assim, pode-se perguntar qual o papel da religião na organização política dos assentamentos. É importante assinalar que, em sua trajetória, o MST buscou um caminho laico e, hoje, observa-se uma mudança na formação política de suas lideranças e nas bases do Movimento Sem Terra. Este fato conseguiu contornar a crise que a Teologia da Libertação se viu mergulhada na última década, fruto da ação conservadora do Vaticano e da crise da idéia socialista. O MST, que aumenta sua base para as ocupações com os recrutamentos, cada vez maiores, nas periferias urbanas, consegue sobreviver como um importante movimento social, continuando a dar ênfase às ações místicas, fruto de sua origem religiosa, mas sem esquecer as lutas materiais, fruto da incorporação do marxismo ao longo de sua trajetória.

A ideologia do “comunitarismo” religioso mesclado ao “comunismo” político, talvez, tenha sido o caminho para o MST ter se recriado em sua trajetória e, não só sobrevivido, como ascendido em um período de retração das lutas populares. Esta relação não acontece sem conflitos e nem de forma linear, mas, inegavelmente, o MST consegue manter a chama da transformação social num período de descrença e pragmatismo.

CONCLUSÃO

Buscando a coesão de sua organização, o MST inspirou-se tanto em sua origem religiosa, ligado que foi às Comunidades de Base da Igreja Católica, com o constante uso da “mística”, para incentivar e organizar socialmente a luta dos Sem Terra, quanto nas análises econômicas e políticas herdadas da tradição marxista. Desta forma, o anticapitalismo, expresso na ética religiosa da vida comunitária em contraposição ao individualismo liberal e burguês, e a reelaboração desta ética para o campo da política socialista, aparecem como princípios que norteiam as ações do MST. Esta junção da ética religiosa com as teorias políticas baseadas no marxismo, que tantas vezes apareceram na história como contraditórias, ganham nas práticas e ações do MST, uma nova forma de fazer política e criam novos laços de solidariedade e relacionamento humanos.

É importante observar que a mística utilizada nos rituais do MST, no qual a música e o teatro são muito utilizados, procura valorizar personagens religiosos e socialistas, como Cristo e Guevara. Esta ação de valorização da mística, baseada em ritos religiosos, contribui para manter nos militantes a “chama” para a luta e a organização comunitária, pois alimenta sonhos e utopias. E, fundamentalmente, transformam esta utopia em críticas ao capitalismo e sustentam a possibilidade de construção de uma sociedade socialista.

Desta forma, o MST enquanto movimento social institucionalizado busca construir uma trajetória no qual absorve e recria o comunitarismo e a mística religiosa, muitas vezes para atividades laicas, par a passo às análises sociais herdadas do marxismo. Este fato recria diversas formas de luta pela terra pelo MST, que consegue realizar mobilizações mesmo quando suas principais fontes éticas e políticas de inspiração atravessam momentos de retração.

Bibliografia

- BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
BOFF, Leonardo. Entrevista. *Caros Amigos*. Casa Amarela: São Paulo, 1998.
www.carosamigos.com.br
ENGELS, F. *As guerras camponesas na Alemanha*. Editorial Grijalbo: São Paulo, 1977.

- GUTIÉRREZ, Gustavo. Introdução. *Sinais da libertação testemunha da Igreja na América Latina*. CEP, 1973.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Vozes: Petrópolis, 1976.
- HOUTART, François. *Sociologia da religião*. Ática: São Paulo, 1994.
- IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses. Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo*. Hucitec/Fapesp : São Paulo, 1996.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses – religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000. LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- LOWY, Michael. A teologia da Libertação acabou?. *Teoria e Debate*. Perseu Abramo: São Paulo, ano 9, n. 31, Abr/mai/jun de 1996.
- LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Cortez: São Paulo, 1991.
- LUXEMBURGO, Rosa. *O socialismo e as igrejas*. Achiamé: Rio de Janeiro, 1980.
- NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. RJ: GRAPHIA, 1997.
- MARTINS, José de Souza. A dependência oculta. *Folha de São Paulo*. Tendências e debates, 21/05/2005..
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o diálogo impossível*. São Paulo, Edusp, 2000.
- PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. STEDILE, João Pedro (org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo. *Brava gente*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.
- VENDRAMINI, Célia. *Terra, trabalho e educação*. Ijuí: Unijuí, 2000.

* *Antonio Julio de Menezes Neto é sociólogo, Mestre em Extensão Rural, Doutor em Educação e pós-doutor em Ciências Humanas, Sociais e Agricultura. Professor na graduação e na pós-graduação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). [antoniojulio@uai.com.br]*